



## TERRITÓRIO E INTERSETORIALIDADE: UMA EXPERIÊNCIA A PARTIR DO “MAPA FALADO”

Marina Caetano <sup>1</sup>

Marlene Fioriotti <sup>2</sup>

Gleny Terezinha Duro Guimarães <sup>3</sup>

**Resumo:** O debate sobre território e intersetorialidade está presente atualmente, no que se refere às políticas sociais. Trabalhar o território e a intersetorialidade na política pública de Assistência Social foi um trabalho desenvolvido na cidade de Canoas/RS na construção do Diagnóstico Socioterritorial. Foi utilizado a técnica do “Mapa Falado”, com o objetivo de complementar o diagnóstico socioterritorial do município, ouvindo a população no que se refere à situação de proteção e de desproteção social vivenciadas pela população no seu território. A metodologia utilizada para construção do diagnóstico socioterritorial constitui-se em um processo participativo desenvolvendo-se a partir do trabalho coletivo, inicialmente, com várias secretarias, buscando sensibilizar para uma aproximação de diagnóstico a partir de dados estatísticos e qualitativos que estas pudessem ter em relação ao sistema de proteção e sinais de desproteção em cada território. A metodologia aplicada junto à população foi a realização de oficinas que visaram a construção do “Mapa Falado” identificando os sinais de proteção e desproteção vividos no território. O “Mapa Falado” foi construído a partir de duas rodadas de oficinas que mapearam e sistematizaram os sinais de proteção e de desproteção a partir das vivências da população. Os dados do material final foram validados pela população que definiu prioridade de enfrentamento dos sinais de desproteção em cada quadrante/território. As sugestões da população referiram-se a necessidade de manutenção e ampliação de serviços da política de assistência social, cultura e esporte, ampliação de recursos humanos para ampliação dos serviços destacando que em todos os territórios esteve presente a situação do tráfico e consumo de drogas, como algo que está causando significativos transtornos e sofrimentos sem a devida oferta de serviços que contribuam para a superação desta situação.

**Palavras chave:** Território. Intersetorialidade. “Mapa Falado”.

### 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo irá percorrer pelo debate a respeito dos conceitos de território e intersetorialidade nos municípios, trabalhando com autores como Milton Santos (2000), o

---

<sup>1</sup> Assistente Social, doutoranda no Programa de Pós-graduação em Serviço Social na Escola de Humanidades da PUCRS e servidora municipal de Gravataí/RS;

<sup>2</sup> Assistente Social, doutoranda no Programa de Pós-graduação em Serviço Social na Escola de Humanidades da PUCRS e servidora municipal de Viamão/RS;

<sup>3</sup> Assistente Social, doutora em Serviço Social, docente na graduação e no Programa de Pós-graduação em Serviço Social na Escola de Humanidades da PUCRS.



qual acredita na importância de adensar sobre os componentes deste conceito voltando-se para áreas como geografia, ciência política e antropologia, permeando ainda noções de tempo e espaço físico. Santos ao abordar a categoria território traz que este é um espaço com diversas dimensões concretas e subjetivas, que se complementam ao decorrer do cotidiano da vida dos sujeitos que nele se encontram

O conceito de intersetorialidade, desenvolvido por autores como Maria Isabel B. Bellini (2017) e Camília Susana Faller (2016), apresenta-se como um conjunto de saberes oriundos de diferentes conhecimentos. Mostram que são as lentes provenientes de diversas áreas de saber que ampliam o leque de desenvolvimento gerencial das políticas públicas.

Ambos conceitos também são trabalhados pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS). O conceito de intersetorialidade é compreendido a partir de ações articuladas com outras políticas públicas, em que a rede socioassistencial juntamente com outras políticas, possam atuar de forma conjunta, possibilitando também a circulação entre os três níveis de esfera: municipal; estadual; e, federal. O conceito de território embasa-se também em Milton Santos, como um espaço coletivo, considerando esta coletividade um importante fator para o desenvolvimento de ações junto às famílias e sujeitos.

A pesquisa surgiu a partir dos debates da equipe de trabalho do setor de Vigilância Socioassistencial da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Canoas/RS, em vista da construção do diagnóstico socioterritorial, com o intuito de descobrir as demandas necessárias que a população canoense estava identificando como importantes, a partir da sua vivência no território. Foi então que construiu-se a proposta metodológica do “Mapa Falado”, como uma forma de coleta destas informações para o desenvolvimento da construção complementar do diagnóstico socioterritorial do município.

A metodologia trabalhada foi à realização de oficinas divididas por territórios, em que estava presente a população, usuários dos serviços, lideranças comunitárias, funcionários da prefeitura, dos serviços existentes, das várias políticas, no território tais como coordenadores, gestores, educadores e técnicos, entre outras pessoas. As oficinas tinham palavras norteadoras chamadas de eixos, com objetivo de iniciar as reflexões e debates. As palavras utilizadas foram território e proteção, sendo estas relevantes para pensar no cotidiano dos bairros e consequentemente no cotidiano da cidade.



## 2 TERRITÓRIO

O conceito de território está relacionado com várias áreas do conhecimento a ele associado. Para a geografia o território está enquanto espaço nas suas dimensões altura, comprimento, largura e tempo, bem como a uma dimensão das relações sociais no espaço vivido; a ciência política enfatiza a construção do território a partir de relações de poder; a economia concebe o território como espaço, enquanto base de produção ("força produtiva"); a antropologia evidencia a dimensão simbólica; a sociologia enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo, e a psicologia coloca no debate no processo de construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo.

Haesbaert (2011) sistematiza estas concepções em 04 vertentes principais, quais sejam: a) Política (jurídico-política): o espaço delimitado e controlado, normalmente pelo poder político do Estado. Espaço onde se estabelecem às relações de poder em geral e as relações de poder institucionalizadas; b) Cultural: muitas vezes cultural(ista) ou simbólico-cultural, evidencia-se a dimensão simbólica e mais subjetiva espaço como produto da apropriação simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido; c) Econômica (muitas vezes economicista): destaca a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos como produto da divisão "territorial" do trabalho, por exemplo; d) Natural(ista): Noção de território com base nas relações entre sociedade e natureza, com ênfase no comportamento "natural" dos homens em relação ao seu ambiente físico.

Sendo assim, o território deve ser compreendido nas suas múltiplas dimensões, isto é, na sua totalidade, Santos (2000) apresenta uma concepção de território ampliada, evidenciando a ação da população como um elemento importante em sua definição, afirmando, inclusive a interdependência um do outro.

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. Um faz o outro (SANTOS, 2000, p. 47).

Nesta perspectiva o território tem sido um importante fator evidenciado no discurso das políticas sociais, sendo que na Assistência Social a partir da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) evidencia-se mais fortemente, no entanto é preciso



aprofundar o conhecimento sobre o território avançando na noção, muitas vezes de censo comum, que estabelece território, simplesmente como um determinado espaço físico com determinadas características, quando, no entanto, é preciso concebê-lo vinculado a múltiplos aspectos:

[...] fruto de interações entre homens, síntese de relações sociais; Como possibilidade de superação da fragmentação das ações e serviços, organizados na lógica da territorialidade; Como espaço onde se evidenciam as carências e necessidades sociais, mas também onde se forjam dialeticamente as resistências e as lutas coletivas (COUTO et al., 2011, p. 41).

Neste sentido, um dos principais desafios da política pública, além de ampliar o escopo de conhecimento em relação ao conceito território é garantir a superação da fragmentação do seu fazer no mesmo. A política de assistência social na tentativa de avançar nesta direção evidencia o território como elemento importante e constitutivo desta política sinalizando a questão da territorialização em seus eixos estruturantes, além de já conter em seus princípios a questão da descentralização político-administrativa.

Em 2004, através da Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), promulga a PNAS/2004, estabelecendo alguns avanços importantes no âmbito da gestão, concepção e execução da política pública de assistência social, sendo um importante marco no processo de consolidação desta política no campo do direito, instituindo o Sistema Único de Assistência Social (SUAS)<sup>4</sup>, que se dá na contraposição a cultura do clientelismo, do favor, da não política pública teimosamente presente no processo histórico da Assistência Social.

O SUAS no espectro de um modelo de gestão descentralizado e participativo apresenta-se em todo o território brasileiro com serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. O SUAS busca dar visibilidade, preocupando-se com as possibilidades e limites de proteção social de todo e cada um dos territórios nesta diversidade continental que é o Brasil, quando estabelece a organização da política a partir do porte de cada município,

---

<sup>4</sup>SUAS – Sistema Único de Assistência Social – é o Sistema Público estatal brasileiro que regula, organiza, estrutura, planeja, coordena e executa a oferta dos serviços socioassistenciais em todo o território nacional, sob a responsabilidade de todos os entes federativos: União, Distrito Federal, Estados e Municípios. O SUAS concretiza e põe em ação a Política Nacional de Assistência Social; portanto, constitui-se em instrumento técnico, político e administrativo essencial à garantia do direito e acesso à assistência social pela população, preconizados pela primeira vez na Constituição Brasileira de 1988, no capítulo da ordem social, integrando o tripé da Seguridade Social brasileira (LOPES, 2016, p. 273)



definindo-os em pequeno I e pequeno II, médio, grande porte e metrópole<sup>5</sup>. Define ainda, o financiamento da política pública como ação continuada e sistemática em contraponto a eventos focalizados de financiamento anteriores ao SUAS, o que torna-se fundamental para garantir a execução desta política. Partindo do princípio que a assistência social não é uma política isolada, tão pouco onipotente diante dos processos de exclusão social faz-se necessário o trabalho intersetorial, conforme Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) artigo segundo parágrafo único.

### **3 INTERSETORIALIDADE: A RELEVÂNCIA PARA O SOCIAL**

O conceito de intersetorialidade não apresenta significado na língua portuguesa. Ele é composto por mais de uma palavra. A aplicação prática deste termo vem sendo utilizado por diversos teóricos e intelectuais da área acadêmica e política. Mas esse termo só ganha destaque na prática a partir de reflexões sobre a política de saúde coletiva e administração pública, na década de 80, século XX. Na política de assistência social, este termo vai destacar como norteador nos programas Bolsa Família e na Atenção Integral à Família aproximadamente no início dos anos 2000 (FALER, 2016).

A ação intersetorial nasceu especificamente da Conferência Internacional de Promoção da Saúde de Alma-Ata, no ano de 1978 (século XX), tendo como principal objetivo melhorar as condições de saúde da população que utiliza os serviços de saúde. No Brasil a política de saúde vai nascer com maior consistência a partir da Constituição Federal de 1988, após anos de luta, disputas para garantia de direito à política de saúde. A palavra integralidade é um dos pilares para execução da política de saúde, o que embasa a necessidade de integração entre diversos serviços da rede, interagindo diversos setores e organizações sociais. “O debate acerca da intersetorialidade adquiriu relevância na gestão das políticas públicas no Brasil na medida em que as expressões da questão social se radicalizaram [...]” (FALER, 2016, p. 103) produzindo as desigualdades nas suas variadas áreas da sociedade.

---

<sup>5</sup>A Política Nacional de Assistência Social classifica os municípios a partir da quantidade habitacional, sendo assim considerados: Pequeno Porte I, município com população habitacional máxima de 20.000 mil habitantes, deve ter no mínimo a oferta de 1 Centro de Referência de Assistência Social (CRAS); Pequeno Porte II, município com população habitacional entre 20.001 até 50.000 mil habitantes, ofertar no mínimo 1 CRAS; Médio Porte, município com população habitacional entre 50.001 até 100.000 mil, ofertar no mínimo 2 CRAS; Grande Porte, município com população habitacional entre 100.001 até 900.000 mil, ofertar no mínimo 4 CRAS; Metrópoles, município com população habitacional acima de 900.001 mil habitantes, ofertar no mínimo 8 CRAS.



A intersectorialidade permite que diversos olhares possam pensar sobre a mesma expressão da questão social, vislumbrando alternativas distintas para tais. A medida que diversos atores se voltam para uma mesma direção, a construção intersectorial se dá naturalmente, na medida em que constroem ações coletivas (FALER, 2016).

A importância da intersectorialidade estabelece-se também, na construção do diagnóstico socioterritorial, previsto como uma das tarefas da vigilância socioterritorial conforme Política Nacional de Assistência Social, situação que pode promover grande diferença principalmente no trabalho social.

A intersectorialidade é a articulação de saberes e experiências no planejamento, realização e avaliação de ações, com o objetivo de alcançar resultados integrados em situações complexas, visando um efeito sinérgico no desenvolvimento social. Visa promover um impacto positivo nas condições de vida da população, num movimento de reversão da exclusão social (JUNQUEIRA; INOJOSA; KOMATSU, 1997, p. 24).

A perspectiva da intersectorialidade supõe enfrentar fragmentação vivida no processo de formação profissional, a fragmentação do e no trabalho profissional, entre as políticas públicas superando uma visão cartesiana e setorializada. Significa reconhecer a incompletude da profissão, da prática, da política pública e a necessidade de uma prática que prima pela complementaridade sem medo de perder espaço, pois a intersectorialidade, a exemplo da interdisciplinaridade acontece a partir da articulação entre os saberes de diferentes áreas do conhecimento.

Nesta perspectiva é que para construir o diagnóstico socioterritorial, buscou-se um processo de integração, de complementaridade entre as políticas públicas, com objetivo de superar a visão corrente onde

As estruturas setorializadas tendem a tratar o cidadão e os problemas de forma fragmentada, com serviços executados solitariamente, embora as ações se dirijam à mesma criança, à mesma família, ao mesmo trabalhador e ocorram no mesmo espaço territorial e meio ambiente. Conduzem a uma atuação desarticulada e obstaculizam mesmo os projetos de gestões democráticas e inovadoras. O planejamento tenta articular as ações e serviços, mas a execução desarticula e perde de vista a integralidade do indivíduo e a interrelação dos problemas (JUNQUEIRA; INOJOSA; KOMATSU, 1997, p. 21).

A perspectiva setorialista resulta em ações que mesmo trazendo pequenos benefícios à população, não alcança a conquista de ações conforme se dá na perspectiva da intersectorialidade. Esta, por sua vez, ao ser trabalhada direciona ações que visam à



proteção social para construir o processo de defesa dos direitos socioassistenciais, sob o percurso intersetorial, constituindo um tecido resistente com discussões sólidas

#### **4 DIAGNOSTICO SOCIOTERRITORIAL: O DESAFIO DA INTERSETORIALIDADE E DA PARTICIPAÇÃO POPULAR**

A partir de 2004 com o advento da Política Nacional de Assistência Social, a Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS) regulamentada em 2012 e a Lei nº 12435/11 que atualiza a LOAS (lei 8.742/93), a assistência social é composta por três funções: Proteção Social, Vigilância Socioassistencial e Defesa dos direitos socioinstitucional. Para desenvolver a Vigilância Socioassistencial uma das importantes tarefas é a constituição do diagnóstico socioterritorial do município e seus territórios. Para tanto, na construção do diagnóstico em Canoas (RS), foi proposto um processo de construção coletiva que buscou através da intersectorialidade o envolvimento entre as políticas sociais, envolvendo diferentes secretarias e autarquias, entendendo a intersectorialidade como

[...] uma mediação para a articulação integradora e proativa entre diferentes políticas [...] tendo como eixo/direção a superação da histórica fragmentação entre os setores [...]. As experimentações da intersectorialidade, seu exercício pode oferecer oportunidade de amadurecer conceitualmente e, com isso, se tornar potente estratégia de avanços das políticas sociais (Bellini et al, 2017 p. 29)

A busca de participação das outras áreas de políticas públicas deu-se na perspectiva da construção coletiva e da intersectorialidade a fim de garantir a necessária complementaridade na leitura de realidade da cidade e seus territórios para elaboração do diagnóstico socioterritorial. O diagnóstico composto por informações das diversas áreas da política pública, futuramente, pode subsidiar a intervenção das referidas políticas respondendo a necessidades da população sinalizadas no diagnóstico de cada território, vislumbrando uma visão integrada, superando o limite da fragmentação tão comum nos percursos das políticas públicas.

Para tanto, o percurso metodológico compôs-se de mobilização das secretarias, a partir de duas iniciativas, sendo a primeira apresentar a proposta de construção do diagnóstico na reunião com prefeito e o conjunto do secretariado, com uma agenda previa das reuniões e o objetivo das mesmas. Nesta oportunidade foi distribuído material explicativo da proposta em sua versão inicial com o cronograma. Após esta reunião geral, onde foi discutido a metodologia e objetivo da construção do diagnóstico socioterritorial, a vigilância organizou



reuniões com as secretarias, convidando os secretários ou alguém por eles deliberados para participação. Realizaram-se 07 reuniões com este grupo.

No entanto, demonstrou-se um importante desafio todos entendermos ao mesmo tempo a necessidade e a riqueza do trabalho complementar, intersetorial. Diante da absorção das atividades diárias de cada área que por vezes, não entenderam ser necessário estar com o outro para pensar a sua área e sua intervenção no território onde tem tantas outras intervenções com o mesmo usuário. Entre os desafios, destacamos a necessidade de todos os envolvidos, compartilharem conhecimento, dados e informações das secretarias de origem. Há uma noção de posse, de exclusividade de tais dados/informações de momentos de socialização são raros e nem sempre aceitos. A Integração com outras secretarias<sup>6</sup> na perspectiva da intersetorialidade caracteriza-se como um importante desafio a ser superado, pois nem todas as secretarias conseguiram participar, alguns colaboraram com informações em momentos informais e não registraram os dados em um instrumento ou e-mail para que pudessemos utilizar a informação do Diagnóstico, outras não disponibilizaram suas informações. Mas entendemos o movimento da Assistência social, importantíssimo e imprescindível que precisa ser (re) conhecida junto às outras políticas, bem como, o necessário reconhecimento da sua incompletude na perspectiva da totalidade no que tange a percepção da realidade e das possibilidades da sua intervenção. Sendo assim é um movimento que precisa continuar acontecendo, exigindo a disponibilidade da Assistência Social na busca da efetivação da intersetorialidade com as demais políticas sociais. Vale lembrar que neste primeiro momento do diagnóstico socioterritorial, concomitante ao movimento de mobilização das políticas públicas, pesquisou-se junto ao IBGE os dados pertinentes a construção do diagnóstico, organizando-os por quadrantes e seus bairros. Elencou-se tantas informações que causou-nos perplexidade, no sentido de tantas informações e o que fazer com elas, quais realmente seriam importantes para o diagnóstico? Que cruzamento de dados seria importante fazer?

Nesta perspectiva a parceria com Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), contribuiu com a vigilância socioassistencial no direcionamento destas questões. Além da contribuição com a análise dos dados, construindo um relatório sistematizado do diagnóstico e um material que denominamos de “diagnóstico versão

---

<sup>6</sup> Secretarias convidadas: Secretaria Municipal de Saúde, Educação, Habitação, Instituto Canoas XXI, setor de monitoramento e avaliação ligado ao Gabinete do Prefeito, desenvolvimento econômico e Relações institucionais (Orçamento Participativo).





popular” para ser distribuídos junto a sociedade civil organizada nos quadrantes, bem como junto aos serviços no território.

Se o primeiro movimento para construção do diagnóstico foi interno, o segundo vislumbrou o externo, a participação da sociedade civil, da população no seu território, na medida em que definiu-se por ouvir a população. Sendo assim construímos uma proposta de “Mapa Falado” junto aos territórios.

#### 4.1 A PARTICIPAÇÃO POPULAR E O “MAPA FALADO”

O “Mapa Falado”<sup>7</sup> surgiu na construção do diagnóstico socioterritorial de Canoas/RS, para responder há uma convicção da equipe da Vigilância Socioassistencial deste município, de que era preciso a contribuição da população no diagnóstico que retrataria a realidade da população, em geral, pelos números que nem sempre traduzem a vivência do e no território, e assim não conseguem retratar o território vivido. Conforme Santos “O território tem que ser entendido como território usado não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade [...] O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência; das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (2001, p. 14).

“Mapa Falado”, trata-se de uma metodologia participativa que também pode ser identificada como cartografia<sup>8</sup> social, tem mais incidência no planejamento de ações no meio rural na construção de diagnóstico rápido participativo<sup>9</sup>. Paulston define a Cartografia Social como “a arte e a ciência de mapear formas de ver” (1996, p.15).

Construir processos de mudanças no seu fazer, visualizar a possibilidade de refletir sobre o território e a população usuária dos serviços, bem como refletir sobre a qualidade da

---

<sup>7</sup> Mapa falado - metodologia também chamada cartografia social, tem mais incidência no planejamento de ações no meio rural na construção de diagnóstico rápido participativo. Paulston define a Cartografia Social como “a arte e a ciência de mapear formas de ver” (PAULSTON, 1996, p.15). Esta perspectiva participativa tem inspiração nos aportes da educação popular e em Paulo Freire (1990) quando enfatiza que a realidade concreta é muito mais que dados, mas a percepção da população sobre eles. Para efetivar esta metodologia,

<sup>8</sup> Cartografia: do grego chartis = mapa e graphein = escrita. A cartografia social (CS) é um enfoque metodológico baseado na análise textual e na representação de fenômenos sociais através de mapas que reinscrevem e estruturam uma multiplicidade de perspectivas.

<sup>9</sup> O exercício de DRP no campo não é só para gerar informações ou idéias, mas também para análise e aprendizado por parte da população local; implica dar forma ao processo de participação, discussão e comunicação, e resolução dos conflitos. Isto significa que o processo cresce e evolui com base nos elementos específicos do contexto local (Souza, 2000)



prestação de serviços socioassistenciais e as necessidades/demanda existentes para prestação destes a esta população, foi um dos motivos iniciais para realização do “Mapa Falado.”

Para efetivar esta aproximação junto aos territórios vividos, definiu-se por utilizar a metodologia “Mapa Falado” assim organizado: Primeira etapa: Definição do eixo mobilizador das oficinas “Mapa Falado”, que pudesse complementar o diagnóstico socioterritorial que fosse para além das possíveis necessidades restritas a política de assistência social. O eixo mobilizador foi sinais de proteção e sinais de desproteção vividos no território.

A segunda etapa foi a definição de quem participaria das oficinas “Mapa Falado”: a) Trabalhadores do SUAS na perspectiva de formação na ação para que estes contribuíssem na organização e execução das oficinas com a população e que esta metodologia pudesse ser utilizada no trabalho cotidiano nos seus respectivos serviços, como um instrumento facilitador da participação da população atendida; b) Conselheiros dos conselhos de direitos, tais como: criança e adolescente, idoso, pessoa com deficiência, mulher e Conselho Municipal de política pública, neste caso o de Assistência Social. Seria um momento de dar ciência aos conselhos sobre o movimento que estava sendo organizado em torno do diagnóstico, bem como oportunizaria uma coleta de dados com uma visão de totalidade com diversos conselhos da cidade; c) oficinas em cada território com a população que acessa o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e seus serviços, lideranças comunitárias, entidades da rede socioassistencial e trabalhadores das diversas políticas existentes no território. As oficinas subdividiram-se em dois momentos: 1) construção do “Mapa Falado” a partir do território e 2) validação das informações e definição de prioridades diante dos sinais de desproteção.

A terceira etapa desta metodologia foi retornarmos a reunião do prefeito e secretariado para socializar as prioridades da população e assim sensibilizar as autoridades quanto as necessidades apontadas pela população a partir das áreas da política pública na cidade. A quarta etapa foi socializar os resultados e deliberações das oficinas junto aos trabalhadores do SUAS (governamental e não governamental) demonstrando, em especial as demandas pertinentes aos serviços da assistência social. E por último, foi produzirmos o relatório do diagnóstico socioterritorial na versão estudo e uma produção na versão popular.

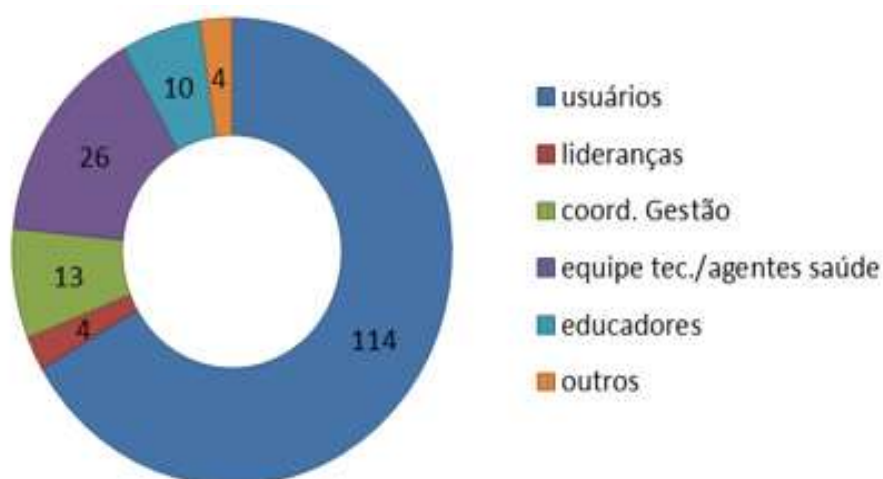
No início da primeira rodada das oficinas instituiu-se a seguinte metodologia: acolhida das pessoas e apresentação das mesmas, que ao apresentarem-se contavam para o grupo a quanto tempo residiam no território, destacando fatos da história de seu bairro. Após equipe

apresenta dados<sup>10</sup> do diagnóstico do território em questão, seguido da apresentação da proposta do “Mapa Falado”. Debate-se então com a população o que ela entende por proteção e desproteção social. Esta reflexão teve como indicador construído pela população, que proteção social é quando há direitos garantidos no território e desproteção é quando não acessam os direitos. Na sequência a população reuniu-se em grupo de até 10 pessoas e com o mapa das ruas de seu bairro, discutem e sinalizam o mesmo, evidenciando onde tem e não tem proteção social.

Cada pequeno grupo socializa na planária final, os pontos elencados no mapa. Na segunda rodada das oficinas a equipe apresenta a sistematização dos pontos por quadrante/território e o total da cidade. Os participantes reúnem-se em grupo como o seu mapa (mapa do bairro) e refletem sobre os pontos elencados no mapa, elegendo uma prioridade a ser trabalhar no ano seguinte. Esta reflexão foi registrada em um instrumento matriz de planejamento, onde a população evidenciou alguns pontos: prioridades; como enfrentá-las; qual período do trabalho; e quem são os responsáveis pela execução desta(s) ação (ões).

As oficinas contaram com a participação média de 171 pessoas, sendo 67% população usuária das políticas públicas, 2% lideranças das comunidades, 8% agentes de coordenação das política, 21 % trabalhadores das políticas públicas e 2% outros.

**Figura 1 – Participantes das oficinas do Mapa Falado em Canoas**

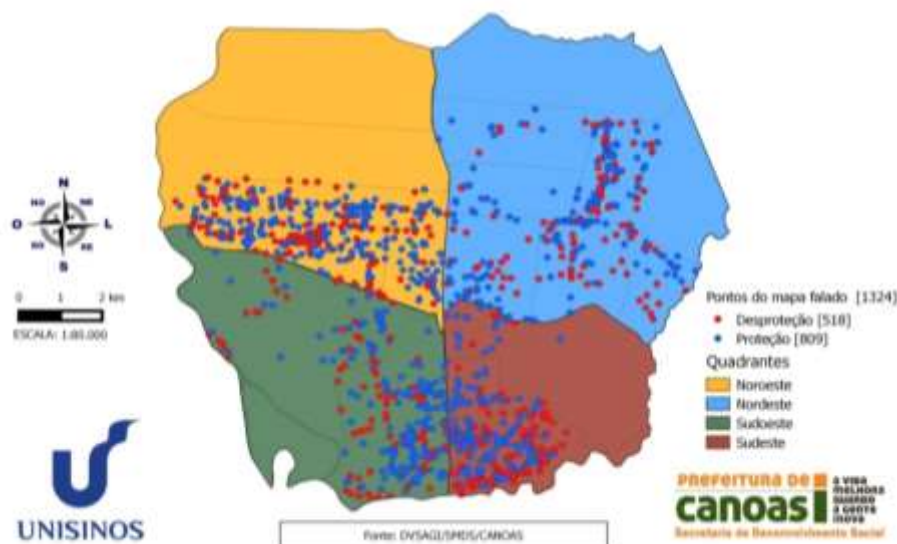


Fonte: VSGI/SMDS

<sup>10</sup> Apresentam-se os dados já coletados e georeferenciados do território a partir dos dados do IBGE (Instituto brasileiro de geografia e estatística) e do CECAD (Consulta Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único de Programas Sociais do governo federal).

Neste processo das oficinas foram apontados 1.327 pontos no “Mapa Falado” de Canoas/RS, sendo 518 pontos de desproteção (vermelho) e 809 pontos de proteção (azul), como ilustrado a seguir:

**Figura 2 – Mapa Falado de Canoas, por pontos de proteção e desproteção.**



Fonte: DVSAGI/SMDS/CANOAS

Alguns apontamentos a partir da vivência da população no território foram realizados: preocupação com a situação do tráfico e uso de drogas envolvendo a adolescência e juventude nos bairros; desconforto com descarte inadequado do lixo; equipamentos de saúde e de assistência social sem equipe completa, com destaque para política de assistência social, apresentando espaço inadequado para atendimentos e destrato no acolhimento em alguns serviços da política; além da ausência de vagas na educação infantil.

Como sugestões, a população referiu algumas necessidades: mais serviços da política de assistência social, cultura e esporte para os jovens do bairro; contratação de recursos humanos para completar as equipes de trabalho; implantação de mais eco pontos para coleta de lixo, bem como esclarecimentos junto à população que ainda não tem o devido cuidado quanto ao descarte de seu lixo; ampliação do atendimento nos centros de atenção psicossocial, tanto em número de atendimentos dia, bem como ampliação e melhor localização de novos centros.



Vale se perguntar, quando esta realidade vivida com suas particularidades territoriais iria aparecer em um diagnóstico que não contasse com a escuta da população? É preciso superar este afastamento da realidade a fim de que a Assistência Social consiga ser efetiva junto as necessidades da população e do território.

É preciso escutar a população, a vida do e no território para pensar a política social e sua intervenção. As ações intersetoriais, que perpassam os diversos níveis de proteção social e as diversas políticas, são princípios básicos para as intervenções dos profissionais destas políticas. Logo,

[...] a intersetorialidade é irmanada à concepção de rede e os processos de inovação e renovação se concretizam na dinamização das redes e na horizontalidade das relações entre as políticas, seus gestores e população, como condição para superação de processos conservadores e arcaicos, que não se constituem em respostas produtoras das demandas reais. (BELLINI et al, 2017).

Escutarmos a população significa ouvir, na perspectiva de responder as suas demandas, valorizando suas necessidades, contextualizando-as local e globalmente, responsabilizando-se, enquanto política pública e dever do Estado e Direito do cidadão, pela construção de alternativas de enfrentamentos (superação ou minimização) às possíveis vulnerabilidades e riscos sociais vivenciados e sinalizados pela população, para além das constatações estatísticas, considerando-se os diversos saberes presentes neste processo coletivo. Porém, na experiência “Mapa Falado” em Canoas, destaca-se a construção coletiva, a busca da intersetorialidade, a participação popular, o aprimoramento da Vigilância socioassistencial e sua equipe, destacamos ainda, a pouca (por vezes nenhuma) mobilização das políticas sociais evidenciadas no “Mapa Falado”, quanto à priorização, definida para superação ou minimização da desproteção social identificada e priorizada pela população, nas oficinas “Mapa Falado”, em cada quadrante.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Considerando o território usado como fruto da interação entre os homens (COUTO, 2011) e destes com o Espaço, considera-se também que o território precisa ser o “cenário”o instrumento, o local que concretude a superação da fragmentação da política pública, dita territorializada, pois para Milton Santos (1999) para que o território se torne uma categoria de



análise dentro das ciências sociais, com vistas a produção de projetos, isto é, com vistas a política pública.

Santos (1999) concebe o território como algo em movimento, algo que está em processo, como um campo de forças, como o lugar do exercício da dialética e das contradições entre o uso econômico e o uso social dos recursos. Posto isto, a política pública desde a sua concepção, passando pela gestão e sua operacionalização precisa avançar concretamente na percepção de território para além das delimitação de um determinado espaço e suas estatísticas. Há que (re)conhecê-lo na sua totalidade, nas suas múltiplas dimensões.

Neste exercício de ampliação conceitual/operacional verifica-se importante na execução da política pública, uma práxis que persiga a intersetorialidade como uma forma de mediação entre diferentes políticas (BELLINI, 2017).

(Re) conhecer território em sua complexa totalidade, necessariamente implica em considerar sua população, uma vez que um faz o outro, segundo Santos (1999), portanto indissociáveis. A experiência “Mapa Falado”, foi um exercício nesta perspectiva que ampliou os horizontes da vigilância socioassistencial de Canoas e sua equipe na perspectiva *da política com “P” maiúscula* (SANTOS, 1999, p. 18) que exigiu ir além das estatísticas, pondo o “pé no chão”, no chão das vivências da população.

Avançou-se no campo do (re)conhecimento e análise do território, porém persiste alguns desafios, dos quais destacamos dois: a) o Exercício da intersetorialidade desde o planejamento até sua operacionalização, na medida em que responda à demanda sinalizada pela população nas oficinas do “Mapa Falado” - Diagnóstico socioterritorial nos diferentes territórios do município; b) tornar imprescindível a participação da população no processo de concepção e avaliação das políticas sociais no processo de concepção e avaliação das políticas sociais, valorizando o seu saber e o seu *sentir*, suas vivências.

A finalização deste trabalho profissional possibilitou a visualização e compreensão de que território e intersetorialidade, trabalhados conjuntamente, complementam o fazer da e na Vigilância Socioassistencial, proporcionando maior desenvolvimento social para os usuários da política de Assistência Social.



## REFERÊNCIAS

BELLINI, Maria Isabel Barros. SCHERER, Patrícia Teresinha. FALER, Camília Susana. **Intersetorialidade e as políticas sociais: uma concertação possível**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social. 2010.

COUTO, Berenice Rojas. et al. (Org.). **O sistema único de assistência social no Brasil: uma realidade em movimento**. São Paulo: Cortez, 2010.

FALER, Camília Susana. **Intersetorialidade: Um conceito em construção**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

HAESBAERT. Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

MARTINELLI, Maria Lúcia. ON, Maria Lucia Rodrigues. MUCHAIL, Salma Tannus. **O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber**. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, Milton. **O território e o saber local: Algumas categorias de análise**. In: Cadernos IPPUR/RJ. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - N. 2 Agosto-dezembro de 1999.

\_\_\_\_\_. Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

KOGA, Dirce. **Medidas de Cidades: Entre territórios de Vida e Territórios Vividos**. São Paulo: Cortez, 2003.

KARSCH, Ursula M. Simon. **O Serviço Social na era dos serviços**. São Paulo: Cortez, 2011.  
LOPES, Márcia Helena Carvalho. Sistema único de assistência social – SUAS. In: FERNANDES, Rosa M. Castilhos. HELLMANN, Aline (Org). **Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil**. Coleção CEGOV: Transformando a administração pública. Porto Alegre: UFRGS, 2016. p. 271-274.

JUNQUEIRA, Luciano Antônio Prates; INOJOSA, Rosa Marie; KOMATSU, Suely. Descentralização e intersetorialidade na gestão pública municipal no Brasil: a experiência de Fortaleza. **XI Concurso de ensayos del clad “el tránsito de la cultura burocrática al modelo de la gerencia pública: perspectivas, posibilidades y limitaciones”**. Caracas, 1997. Disponível em: [http://nute.ufsc.br/bibliotecas/upload/junqueira\\_inojosa\\_komatsu\\_1997.pdf](http://nute.ufsc.br/bibliotecas/upload/junqueira_inojosa_komatsu_1997.pdf). Acesso em: 08 ago 2017.

INOJOSA, Rosa Maria; JUNQUEIRA, Luciano Antônio Prates. **Experiências Municipais: Desenvolvimento social e intersetorialidade na gestão pública municipal**. Disponível em: <http://www.datasus.gov.br/cns/cns.htm>. Acesso em: 08 ago 2017.

PAULSTON, Rolland (Comp.) **Social cartography: mapping ways of seeing social and educational change**. New York: Garland, 1996.